

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NA ATENÇÃO DE MULHERES TRANSEXUAIS: DIFICULDADES PARA O ACESSO E PAPEL DO ENFERMEIRO¹

Rita de Cassia Fernandes Borges², Rita de Cassia Fernandes Borges³

¹ Identificar a dificuldade do acesso das mulheres transexuais à assistência da saúde de forma integral

² Enfermeira, especialista em Saúde Pública com Ênfase em Estratégia de Saúde da família, Mestre em Engenharia Biomédica.

³ Enfermeira, especialista em Saúde Pública com Ênfase em Estratégia de Saúde da família, Mestre em Engenharia Biomédica.

A população transexual é que mais sofre dificuldades ao procurar atendimento nos serviços de saúde. As políticas públicas passam a existir como uma repercussão sobre o papel do Estado mediante a saúde da população. O profissional enfermeiro se mostra crucial no atendimento deste público, visto que a essência de sua formação é o cuidado e desde os primórdios da enfermagem, este cuidado foi direcionado para pessoas socialmente negligenciadas. O objetivo foi identificar as dificuldades do acesso das mulheres transexuais à assistência à saúde e identificar a atuação do enfermeiro na assistência à saúde da população transexual. Os resultados apontaram para cinco diferentes categorias analíticas: Preconceito dos profissionais de saúde, Desrespeito ao nome social, Determinantes sociais do indivíduo transexual, Sistema de saúde com foco na cirurgia de transexualização e Patologização da transexualidade. Concluiu-se que a maior dificuldade das mulheres transexuais está no preconceito e despreparado dos profissionais de saúde ao atendê-las.

Introdução: Cada vez mais o Brasil tem avançado no que se refere ao combate à desigualdade, significativa redução de pessoas em situação de miséria através de políticas públicas direcionadas às populações que vivem em condições de vulnerabilidade. Uma das prioridades do governo federal, refere-se justamente a redução de desigualdades sociais, e o ministério da saúde tem como objetivo estratégico Nº 1 "Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada". (Ministério da Saúde, 2013).

Reafirmados no objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (BRASIL, 1988, art. 3.º, inc. IV). Esta política é um marcador histórico para as políticas de saúde no Brasil pois é um reconhecimento da condição de

vulnerabilidade desta população. Além disso, serve como norteador e legitimador das suas especificidades e necessidades, em concordância aos postulados de equidade que estão previstos na constituição federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde. (Ministério da Saúde, 2013).

No contexto da população LGBT, o grupo T desta sigla abrange pessoas travestis e transexuais, sendo estes os que mais sofrem dificuldades ao procurarem atendimento nos serviços públicos de saúde, não apenas quando reivindicam serviços especializados (como o processo transexualizador), como em diversas outras ocasiões nas quais procuram atendimento, principalmente pela enorme transfobia e travestifobia que sofrem ligada à outros marcadores que também levam a discriminação, como aparência física, raça, cor, pobreza, etc. além da escassez de serviços de saúde específicos e profissionais preparados para lidar com estas situações (Rocon PC, Rodrigues A, Zamboni J, Pedrini MD, 2016).

Segundo Simpson, 2015 “Falar de travestilidade e transexualidade na perspectiva do Sistema Único de Saúde (SUS) é trazer à tona questões que há bem pouco tempo eram bastante desconhecidas por grande parte de acadêmicos e da população em geral” (Ministério da Saúde, 2015).

Quando estas problemáticas são trazidas para o âmbito da saúde pública, temos o enfermeiro como o principal profissional envolvido, pois na maioria das vezes, é ele quem primeiro recebe estes pacientes nas instituições de saúde, bem como é ele o principal agente incentivador de programas relacionados para a saúde coletiva (Backes DC, Backes MS, Erdmann AL, Busher A, 2012).

O papel do enfermeiro na implementação desta política está ligado principalmente ao maior vínculo dele com a população, pois trata-se de um profissional mais acessível para os usuários, que são vistos pela maioria deles como uma figura de confiança, portanto, estes usuários terão menos receio de compartilhar suas dúvidas, ouvir as orientações e colocá-las em prática. Além disso, o enfermeiro tem na essência da sua formação, o cuidado do ser humano em todas as dimensões, o que é uma característica importante quando se trata de uma população com particularidades tão específicas, como as transexuais (Backes DC, Backes MS, Erdmann AL, Busher A, 2012).

A enfermagem é uma profissão que, historicamente, além das ações de reabilitação do

processo saúde – doença, desempenha um papel social muito importante no acolhimento de indivíduos que são de alguma forma negligenciados. Sendo assim, estabeleceu-se uma conexão entre estes dois perfis do profissional enfermeiro (reabilitador da saúde e educador), para realizar um trabalho que contemple a reabilitação em saúde de um grupo que é socialmente marginalizado – como é o caso das mulheres transexuais –, abordando a política pública de saúde na qual este grupo se enquadra e discutindo as dificuldades destas mulheres e a atuação do profissional enfermeiro para sua aplicabilidade prática e efetivo funcionamento.

Esta pesquisa tem como objetivos elucidar as políticas públicas voltadas à assistência de mulheres transexuais, dissertar a atuação do enfermeiro na assistência à saúde da mulher transexual e identificar as dificuldades dessas mulheres com relação ao acesso à saúde.

Metodologia: Trata-se de uma revisão de literatura do tipo descritivo-exploratório, com abordagem qualitativa que possibilita o conhecimento da produção científica relacionada à importância da assistência de enfermagem na Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com enfoque na população de mulheres transexuais.

Foram utilizadas bases de dados Scientific Electronic Library Online (Scielo), na Literatura Latino Americana em Ciências de Saúde (Lilacs), no Serviço da Biblioteca Nacional de Medicina (PUBMED), na Biblioteca Virtual em Saúde (BIREME).

A estratégia de busca foi realizada a partir dos Descritores em ciências em saúde na língua portuguesa: Políticas públicas de saúde, saúde, transexual, LGBT, Enfermagem.

Os dados foram obtidos a partir de estudos realizados sobre identificar a atuação do enfermeiro na assistência à saúde da população transexual e identificar a dificuldade do acesso a população transexual à assistência à saúde de forma integral, a partir dos dados da literatura. Os artigos foram analisados com enfoque no autor, ano, período e objetivo dos estudos. No total são 8 referências a servirem de base para o trabalho.

Ética, segundo Nogueira (2016), significa caráter e deve ser entendido como o conjunto de princípios morais que regem os direitos e deveres de cada um e que são estabelecidos e aceitos numa época específica. Centrada no ser humano, a ética pretende estimular sua perfeição, mediando a relação entre o bem e o mal. Com intuito de garantir a proteção dos direitos humanos, conforme Resolução 466/12 (Brasil, 2012), a pesquisa está sendo

realizada conforme processo formal e sistemático que visa à produção, ao avanço do conhecimento e/ou à obtenção de respostas para problemas mediante emprego de método científico. Estão sendo respeitados os direitos dos autores das literaturas utilizadas neste estudo, conforme determinado na Lei 9610 de 19 de fevereiro de 1998 (Brasil, 1998).

Resultados: Na pesquisa de revisão de literatura por meio de artigos, foram utilizadas as palavras chaves: saúde, transexual, LGBT e enfermagem. Após análise dos artigos que tratavam das dificuldades da população trans para acesso ao sistema de saúde, foram encontrados 5 principais categorias analíticas. As categorias foram: Preconceito dos profissionais de saúde, Desrespeito ao nome social, Determinantes sociais do indivíduo transexual, Sistema de saúde com foco na cirurgia de transexualização e Patologização da transexualidade.

Quadro 1 – Artigos utilizados na discussão dos resultados

AUTOR/ANO	TÍTULO DO ARTIGO	OBJETIVO	RESULTADOS	CONCLUSÃO
-----------	------------------	----------	------------	-----------

<p>Murta, D. Almeida G, 2013</p>	<p>Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral a saúde de transexuais no Brasil</p>	<p>Problematizar algumas questões acerca da patologização da transexualidade a fim de provocar a reflexão sobre a possibilidade da sua despatologização no Brasil</p>	<p>A despeito das críticas acadêmicas e do movimento mundial em prol da despatologização das identidades trans, no contexto brasileiro ainda vigora uma interpretação patologizada destas vivências que não apenas sustenta sua definição como um transtorno psiquiátrico como orienta as políticas públicas destinadas a este segmento.</p>	
<p>Rocon, P. Rodrigues, A. Zamboni, J. Pedrini, M. 2016</p>	<p>Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde</p>	<p>Discutir as dificuldades de pessoas trans moradoras da região metropolitana da Grande Vitória/ES em acessarem os</p>	<p>Os resultados apontaram o desrespeito ao nome social, a discriminação e o diagnóstico no processo transexualizador como principais</p>	<p>Conclui-se que é necessário modificar o diagnóstico em sua função, já que a existência de uma patologia prévia não é requisito para acessar o</p>

		serviços de saúde no SUS.	limitações no acesso ao sistema de saúde.	SUS. Aponta-se, também, a importância de elaborar programas de educação e campanhas permanentes sobre o direito de acesso ao sistema de saúde livre de discriminação e com uso do nome social.
Popadiuk, G. Oliveira, D. Signorelli, M. 2017	A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios	Analisar como o Ministério da Saúde (MS) vem implementando o Processo Transexualizador (PrTr) no SUS	O estudo resultou no cômputo total das cirurgias de redesignação sexual realizadas no SUS (2008-2016), que evidenciam nulidade de óbitos e desigualdades regionais de acesso; e no acompanhamento das ações de implementação da Política Nacional de Saúde Integral Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Mesmo com avanços consideráveis, os desafios persistem, sendo o mais ameaçador, atualmente, a possibilidade de retrocesso imposta por setores conservadores do executivo e legislativo. Portanto, a visibilidade das ações já conquistadas é um passo decisivo para manutenção e potencialização do PrTr no SUS.

			(PNSILGBT) por comitê específico designado pelo MS	
Silva C. Andrade, C. Abreu, D. Pires, A. Araújo, E. 2017	A transexualidade no contexto da enfermagem: uma revisão integrativa	Identificar a demanda de publicações científicas sobre enfermagem e pessoas transgêneros	<p>A temática abordada no estudo mostrou-se ainda incipiente.</p> <p>Fazem-se importantes mais pesquisas que relacionem os enfermeiros com o público transexual, uma vez que o enfermeiro é um educador de saúde comprometido com a prevenção de doenças e promoção da saúde</p>	<p>A transexualidade é um tema que deve ser trabalhado com afinco dentro das universidades e não pode ser compreendida como uma forma de refugio social.</p> <p>O público transexual não deve ficar restrito, apenas aos níveis de atenção secundária e terciária, eles precisam ser acompanhados principalmente pela atenção primária, no qual irá fortalecer os laços da prevenção das doenças e promoção da saúde, por meio de atividades de educação em saúde, que devem ser garantidas a</p>

				<p>todos os usuários, assim como na lei 7.498 de 25 de julho de 1986.</p>
<p>Spizzirri, G. Anker, C. Abdo, C. 2017</p>	<p>Considerações sobre o atendimento aos indivíduos transgêneros</p>	<p>Por meio de revisão da literatura, objetiva pesquisar a abordagem dos profissionais da saúde aos indivíduos transgêneros.</p>	<p>Os estudos desta revisão indicam que ainda faltam treinamento específico e recursos para os profissionais da saúde que pretendem acompanhar indivíduos transgêneros em suas necessidades.</p>	<p>Fornecer cuidados de saúde sensíveis às singularidades e otimizar as transições físicas que permitam aos indivíduos transgêneros perceber maior conforto com o gênero com o qual se identificam são aspectos que merecem atenção dos profissionais de saúde.</p>
<p>Ferreira, B. Pedrosa, J. Nascimento, E. 2017</p>	<p>Diversidade de gênero e acesso ao sistema único de saúde</p>	<p>Apreender as dimensões do acesso e da atenção integral na rede do Sistema Único de Saúde (SUS) na perspectiva da diversidade</p>	<p>Emergiram quatro categorias interpretativas, uma para cada grupo estudado: Atendimento ginecológico às lésbicas; O gay afeminado</p>	<p>Há uma emergência no acesso às redes de atenção à saúde integral da população LGBT, com o intuito de promover a inclusão em</p>

		<p>de gênero</p>	<p>nos serviços de saúde; Em busca da equidade para as travestis; O nome social para as mulheres transexuais no SUS. As lésbicas informaram que enfrentam barreiras no acesso aos serviços de saúde e no atendimento ginecológico; para os gays, o acesso é fragilizado para aqueles afeminados; já para as travestis, a equidade do cuidado, através de ambulatórios específicos, foi apontada como estratégia importante; e, para as mulheres transexuais, o uso do nome social deveria ser incorporado na</p>	<p>seus diversos equipamentos sociais, promulgar o respeito e facilitar práticas de equidade.</p>
--	--	------------------	--	---

			rotina dos serviços de saúde.	
Silva, L. Silva, A. Coelho, A. Martiniano, C. 2017	Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais	Discutir o uso do nome social no SUS como ferramenta para efetivação do acolhimento, humanização e integralidade da assistência a travestis e transexuais, através da elaboração de um ensaio teórico-reflexivo	Podemos afirmar que o nome social se apresenta como a senha de acesso das travestis e transexuais ao SUS. A partir da efetivação desse direito por parte dos profissionais, respeitando e disponibilizando meios para seu uso oral e nos prontuários e documentos, facilita-se a execução das ações em saúde, fazendo valer os direitos de cidadania e de saúde destes usuários.	Como solução para diminuir a discriminação nos serviços de saúde, apresentam-se medidas tais como a abordagem das questões de identidade de gênero e orientação sexual nos currículos dos cursos de saúde, técnicos e superiores, contribuindo para ofertar ao mercado de trabalho profissionais capacitados para lidar com o público específico.

<p>Rocon, P. Sodré, F. Zamboni, J. Rodrigues, A. Roseiro, M. 2018</p>	<p>O que esperam pessoas trans do sistema único de saúde?</p>	<p>Discutir as críticas e sugestões apresentadas por pessoas trans para garantia de seu acesso e da promo�o de a�o es para cuidado integral de sua saúde no Sistema �nico de Saúde</p>	<p>Apontou-se a forma�o continuada para trabalhadores da saúde, com o objetivo de reverter a realidade de discrimina�o, desrespeito ao nome social e dificuldade de diálogo entre profissionais e usuários trans, condi�o es que limitam o acesso � saúde</p>	<p>Considerou-se a necessidade de universalizar a hormonioterapia e o implante de silicone e a reivindica�o por atendimento multiprofissional na saúde trans como formas de garantir o cuidado e a segurança necessários aos processos de transforma�o do corpo</p>
---	---	--	---	---

Discussão: Popadiuk, G. Oliveira, D e Signorelli, M, 2017, corroboram com Rocon, P. Rodrigues, A. Zamboni, J e Pedrini, M. 2016, ao afirmarem que as mulheres transexuais são o grupo que mais sofre preconceito dentro do âmbito do sistema de saúde, por parte dos profissionais e dos outros usuários, o que pode acontecer por diversos fatores. Os mais citados são a falta de preparo destes profissionais para lidar com um público tão específico, opinião pessoal dos profissionais que em sua maioria decorre de um viés religioso, estranhamento dos profissionais e outros usuários com a figura da mulher transexual.

Este preconceito, que em sua maioria parte dos próprios profissionais de saúde – que deveriam acolher estas pessoas visto que na maior parte das suas vidas já são massivamente discriminadas –, fere a lei 8.080/1990 em seu capítulo II, artigo 7  que diz:

[...] As a o es e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema  nico de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constitui o Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios: I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das a o es e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de

complexidade do sistema; [...] IV - **igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.** (BRASIL, 1990).

Outra dificuldade encontrada, citada por Ferreira, B. Pedrosa, J e Nascimento, E. 2017, corroborada por Rocon, P. Sodré, F. Zamboni, J. Rodrigues, A. Roseiro, M. 2018, Silva, L. Silva, A. Coelho, A. Martiniano, C 2017 e Rocon, P. Rodrigues, A. Zamboni, J e Pedrini, M. 2016 trata-se do desrespeito ao nome social, os autores mostram que diversas mulheres transexuais deixaram de procurar os serviços de saúde pelo constrangimento causado pelos profissionais   elas, ao não respeitarem seus nomes sociais.

O respeito ao nome social já é um direito adquirido pela população trans desde 2009 pela portaria 1.820/2009 do MS, portanto, ao desrespeitar este direito além de agir com preconceito, violentar e constranger a mulher transexual, o profissional de saúde está indo contra o que rege o maior órgão que regulamenta a saúde no Brasil, podendo inclusive, responder legalmente por isso. Em casos de profissionais da rede pública este processo pode ser mais grave, onde o servidor pode ser penalizado por desídia ou até perder a sua função pública.

Rocon, P. Rodrigues, A. Zamboni, J e Pedrini, M. 2016, Ferreira, B. Pedrosa, J e Nascimento, E. 2017 e Rocon, P. Sodré, F. Zamboni, J. Rodrigues, A. Roseiro, M. 2018, corroboram entre si, ao citarem um aspecto muito importante quando falamos de mulheres transexuais, que são os determinantes sociais. Além desta população sofrer preconceito e discriminação única e exclusivamente por ser transexual, isto não impede que ela venha somada a outros fatores que também são desencadeadores de preconceito, como classe social, raça, aparência física, entre outros.

Os autores também citam que em alguns casos, a falta de acesso aos serviços de saúde, está ligada a baixa escolarização destas mulheres transexuais – que em sua maioria abandonam os estudos precocemente –, e menor possibilidade de acesso a informação, portanto, muitas delas não sabem que o SUS tem uma política direcionada para elas e que garante o acesso integral   saúde, não são ao processo transexualizador mas a saúde de uma maneira geral. Estes determinantes sociais são citados com um dos principais fatores que distanciam estas mulheres do atendimento aos serviços de saúde.

Silva, L. Silva, A. Coelho, A e Martiniano, C 2017 corrobora com Rocon, P. Sodré, F. Zamboni, J. Rodrigues e A. Roseiro, M. 2018 ao realizarem uma crítica aos serviços de saúde, que ao tratarem de mulheres transexuais, tem seu foco direcionado apenas para cirurgia de resignação sexual, porém, diversos estudos mostram que nem toda mulher transexual quer realizar este procedimento, existem muitas outras demandas que uma mulher transexual pode precisar e que não são devidamente abordadas, como reposição hormonal com um acompanhamento assíduo e

terapias com psicólogos para tratamento de traumas que foram acumulados no decorrer de suas vidas como trans.

Murta, D. e Almeida G, 2013, corroboram com Rocon, P. Sodré, F. Zamboni, J. Rodrigues, A e Roseiro, M. 2018 ao afirmarem que a patologiza o da transexualidade colaborou durante muito tempo para que estas pessoas não procurassem os serviços de saúde, pois se elas não se sentem doentes, por qual motivo procurariam estes serviços sabendo que l  elas seriam tratadas desta forma? Apenas agora no ano de 2018 que a OMS deixou de considerar a transexualidade como uma doença psiquiátrica e passou a ser tratada como uma condi o relacionada a saúde sexual. Isto representa um grande avanço para as mulheres transexuais, pois o que antes era tratado como um transtorno mental no CID e requeria atendimento psiquiátrico, hoje é tratado como uma condi o relacionada à saúde sexual.

Silva C. Andrade, C. Abreu, D. Pires, A e Araújo, E. 2017 corroboram com Spizzirri, G. Anker, C. e Abdo, C. 2017 ao afirmarem que um atendimento multidisciplinar leva a uma qualidade de atendimento muito maior quando tratamos de mulheres transexuais, pois estas mulheres chegam ao serviço precisando dos mais variados tipos de aten o, não somente uma cirurgia de redesigna o. Neste contexto, cabe ressaltar a importância do profissional enfermeiro que tem como característica o cuidado com uma visão holística e que poderá identificar as diversas necessidades que este indivíduo pode demandar.

A Associa o Profissional Mundial para Saúde Transg nero (The World Professional Association for Transgender Health – WPATH) lançou uma série de recomenda es na última década para o atendimento a mulheres transexuais, recomenda es que norteiam o profissional sobre como conduzir o atendimento a este público. Infelizmente estas recomenda es carecem de condutas para o enfermeiro, sendo focadas principalmente no profissional médico.

Os autores também concordam que uma educa o continuada nas institui es de saúde e uma abordagem mais frequente deste tipo de tema durante a gradua o, é crucial para que o profissional saia mais preparado em como lidar com estas situa es, visto que não é comum   todos o contato com mulheres transexuais.

Silva C. Andrade, C. Abreu, D. Pires, A e Araújo, E. 2017 acrescenta que, estudos que associem a temática transexual aos profissionais enfermeiros ainda são extremamente escassos, o que dificulta a prática dos enfermeiros com este público e a produ o científica acerca do assunto.

Conclusões: A transexualidade é um tema considerado novo dentro das pesquisas em saúde, porém, com a evolu o, conquistas e avanços das pautas LGBTQI+ as mulheres transexuais estão cada vez mais presentes no dia-a-dia do profissional enfermeiro, é fundamental que este

profissional saiba lidar, acolher e tratar este público, respeitando todos os princípios do SUS e os direitos de dignidade humana, fazendo com que estas mulheres não se sintam mais discriminadas e rejeitadas. Apesar desta presença mais frequente, algumas atitudes por parte dos profissionais e características da própria população transexual, faz com estas mulheres se afastem dos serviços de saúde, o que acarreta uma série de outros problemas de saúde. A temática do estudo mostrou bastante dificuldade para encontrar publicações que associem a enfermagem com as mulheres transexuais. Sugere-se novos estudos neste sentido para que possa capacitar os profissionais de enfermagem, diminuindo os estigmas e melhorando a qualidade da saúde ofertada no Brasil.

Palavras-chave: Saúde; LGBT; Enfermagem.

Referências

Albuquerque M. Uma revisão sobre as políticas públicas de saúde no Brasil. Recife – PE. 2015.

Backes DC, Backes MS, Erdmann AL, Busher A, O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia de saúde da família. Revista Ciência & Saúde Coletiva. 2012; 17(3):223 – 230.

Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa, Ed 1. Brasília – DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Transexualidade e travestilidade na saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília – DF, 2015.

Carvalho M. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. Cad. Pagu. 2018; (52).

Cavalcante SA, Silva FB, Marques CA, Figueiredo EN, Gutiérrez MG. Ações do Enfermeiro no rastreamento e Diagnóstico do Câncer de Mama no Brasil. Revista Brasileira de Cancerologia, 2013; 59(3):459 – 466.

Cielo ID, Schmidt CM, Wenningkamp. KR. Políticas públicas de saúde no Brasil: Uma avaliação do IDSUS no Estado do Paraná (2011). Desenvolvimento Regional em Debate. 2015; 5(1):211-230.

Costa GM, Bernardino E, Abuhab D, Silva IA. Uma abordagem da atuação história da enfermagem em face das políticas de saúde. Rev Min. Enf. 2006; 10(4):412-417.

Ferreira BO, Pedrosa JI, Nascimento EF, Diversidade de gênero e acesso ao sistema único de

saúde. Revista Brasileira em Promoção da Saúde. 2018; 31(1):1 - 10.

Jesus JG, Orientações sobre a população transgênero : conceitos e termos. Brasília – DF. 2012.

Ministério da Saúde. Políticas de Promoção da Equidade em Saúde. 1ª edição, Brasília - DF, 2013.

Murta D, Almeida G, Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral a saúde de transexuais no Brasil. Revista Latinoamericana - Sexualidad, Salud y Sociedad. 2013; 14:380-407.

Noronha. AE. Conceitos básicos em políticas públicas no Brasil Contemporâneo. Rev. Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. 2006; 2(2):74-86.

Popadiuk GS, Oliveira DC, Signorelli MC. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. Revista Ciência & Saúde Coletiva. 2017; 22(5):1509-1520.

Rocon PC, Rodrigues A, Zamboni J, Pedrini MD. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva. 2016; 21(8): 2517 – 2525.

Rocon PC, Sodré F, Zamboni J, Rodrigues A, Roseiro MC. O que esperam pessoas trans do sistema único de saúde?. Rev. Comunicação saúde educação. 2018; 22(64):43-53.

Schafer S. More Transsexuals Start New Life, Keep Old Job. Dez/2000. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2000/12/28/more-transsexuals-start-new-life-keep-old-job/492205c3-8293-4ba3-9abb-ab8ed2d3c010/?utm_term=.905ceec543a4 – Acesso em 20/03/2021 às 00:35.

Silva CJ, Andrade CA, Abreu PD, Pires AM, Araújo EC, A transexualidade no contexto da enfermagem: uma revisão integrativa. Seminário Internacional Enlançando Sexualidades. SALVADOR - BA. 2017.

Silva LK, Silva AL, Coelho AA, Martiniano CS. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. Revista de Saúde Coletiva. 2017; 27(3):836 - 846.

Soares M, Feijó MR, Valério NI, Siquieri CL, Pinto MJ. O apoio da rede social a transexuais femininas. Paidéia (Ribeirão Preto). 2011; 21(48).

Spizzirri G, Anker C, Abdo CH, Considerações sobre o atendimento aos indivíduos transgêneros. Programa de Estudos em Sexualidade (ProSex) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas

da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo - SP. 2017.